

O militar e a civilização

Este artigo analisa o papel do militar na emergência da civilização. Argumento que o pensamento social moderno é limitado para perceber a guerra, o militar e a nação. Tais temas perturbam o estatuto de superioridade atribuído ao homem civilizado. O moderno não assimila o confronto como inerente à experiência humana e o rejeita como propulsor da civilização porque isso agride suas mais caras convicções.

Manuel Domingos:

Doutor em História pela Universidade de Paris III e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente, ocupa a vice-presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



The military and the civilization

This article analyzes the military's role in the development of civilization. I argue that modern social thought has a limited scope on war, military and the nation-state. Such issues impugn the superior status alleged of civilized humanity. Modernity does not assimilate confrontation as inherent of human experience and rejects it as the propellent of civilization because this is against their most preserved convictions.

1 INTRODUÇÃO

O militar, tendo ou não a exata dimensão de seu papel, interfere direta e indiretamente, de forma explícita ou encoberta, nas relações sociais, na economia e na cultura. O militar está presente na modelagem de instituições, na configuração e na dinâmica do poder político; é decisivo na delimitação de fronteiras territoriais e, em boa dose, responsável pelo desenho do cenário internacional. Ao longo da história, o militar formula pioneiramente variadas proposições importantes para a sociedade, nem sempre se dando conta disso; engaja-se na construção de seu país antes do surgimento do Estado nacional; antecede e alimenta a ficção literária produzida para a exaltação das nacionalidades.

A enumeração de significados históricos atribuídos à guerra pela literatura moderna permite uma idéia da relevância do militar. A guerra tem sido apontada como mecanismo de seleção da espécie, forma de compatibilizar os meios de sobrevivência com o crescimento demográfico, processo de aniquilamento-fusão-afirmação de etnias, culturas e línguas, fonte alimentadora de avanços científicos e tecnológicos, momento de ruptura de ordenamentos sócio-econômicos e de formação de valores. Expressando disputas por mercados, vontades dominadoras ou projetos libertários, o militar efetiva os banhos de sangue que resultam em grandes mudanças sociais e desenham incessantemente o mapa político mundial. A civilização é impensável sem a guerra e o militar.

A guerra, entretanto, e o integrante de corporações armadas e preparadas para atuar em nome de quem exerce ou quer exercer o poder são estranhamente menosprezados pelo pensador moderno. Nestas matérias, Clausewitz, morto em 1831, persiste como a grande referência. Nenhum autor clássico das Ciências Sociais dedicou-se seriamente à guerra.

Menosprezo semelhante ocorre com a nação, que legitima o guerreiro civilizado e a quem se reconhece a exclusividade do direito de pedir, a cada um, a vida. Governantes con-

vocam guerras em nome da pátria, revolucionários pregam insurreições nacionais, escritores analisam a construção de Estados nacionais, juristas discutem normas para a convivência das nações. De que entidades estão tratando? Lucien Febvre, ironizando, os compara a alfaiates que, com fita métrica na mão, tomam medidas para concluir que “o Estado é isso; a nação é aquilo...”. Acabada a roupa, dizem triunfantes: “Como cai bem!”. Pergunta-lhes Febvre: “o que é que cai?”. Testemunha sofrida das violências da Segunda Grande Guerra, o historiador francês buscava explicações para a extraordinária capacidade da “honra da pátria” envolver tanta gente em carnicinas indescritíveis.¹

O Estado nacional pode ser definido como unidade política soberana e sobreposta a uma comunidade de sentimentos, estabelecida num território reconhecido. Mas isso explica muito pouco. Que comunidade é essa, como e quando surge, de onde retira sua imbatível capacidade de emocionar indistintamente pessoas tão separadas na vida real? Por que alguém ama sua pátria? O Estado exprime a nação ou o Estado cria a nação? Que atores sociais podem ser identificados como construtores da nação e quais suas expectativas mais íntimas? A intensificação das relações entre os povos compromete a existência da nação? Por que organismos multilaterais estimulam os sentimentos nacionais?

Não estão disponíveis explicações convincentes e definitivas sobre a emergência da comunidade de sentimentos dita “nacional”. A regra é encará-la como manifestação espontânea, natural, fruto do instinto gregário, como se o amor à pátria não fosse sistematicamente ensinado através dos mais eficazes recursos para emocionar os indivíduos. É vasta a literatura sobre a nação, mas, via de regra, sempre enviesada pelo inescapável envolvimento do escritor com seu objeto de estudo. O estudioso dedicado a compreender sua nação não tira a camisa da pátria. Não por outra razão, são rarefeitas as obras que escapam à banalidade, como assinalam autores respeitáveis.²

As brumas que envolvem a nação são tantas que ludibriam os mais avisados. Quem imaginaria a dimensão das carnificinas cometidas em seu nome no século passado? Quem vaticinaria que o grande projeto de sociedade sem classes fosse contraditado por movimentos patrióticos? Quantas vezes o enfraquecimento e mesmo o desaparecimento da nação já foi prognosticado?

A negligência da teoria social frente a guerra, o militar e a nação compromete a compreensão do processo histórico. O pensador social não pode ter na devida conta o peso dos conflitos sangrentos na dinâmica social se evita discutir seus fundamentos, se olha a guerra, o militar e a nação de passagem, sem a atenção e o vagar que merecem as pulsões coletivas avassaladoras, os atores decisivos e as entidades estruturantes. O militar é visto usualmente como coadjuvante, subalterno, elemento funcional do aparelho de Estado, executor da vontade do político, agente, às vezes problemático, de classes dominantes. Um especialista influente como Samuel Huntington, ao definir a “profissão militar”, passa ao largo da natureza de sua atividade, limitando-se a reproduzir a expressão cunhada por Harold Lasswell, para quem a “especialidade” do oficial moderno seria a da “administração da violência”. Huntington simplifica de tal forma o extermínio intencional de vidas que estabelece comparações entre a “especialização” do oficial moderno com a do médico e a do advogado.³

Neste trabalho, reflito sobre o papel do militar na emergência da civilização tendo como ponto de partida a percepção do pensamento social sobre a guerra e o militar. Tento estabelecer a relação entre a atividade militar e alguns dos pressupostos básicos da condição moderna como a superação do modo religioso de interpretar o mundo, a crença na aceleração do tempo histórico e na possibilidade de construir um mundo melhor.

Argumento que o pensamento social moderno é limitado para perceber a guerra, o militar e a nação porque o aprofundamento desses temas perturba o estatuto de superioridade

atribuído ao homem civilizado. O moderno não assimila o confronto sangrento como ocorrência inerente à experiência humana e o rejeita como propulsor da civilização porque isso agride suas mais caras convicções.

2 A PERCEPÇÃO DA GUERRA

A guerra é um fenômeno intrigante: protagonizada por al-guns, envolve a todos; corriqueira, é sempre espetacular; despertando repugnância, fascina e glorifica; justificada em nome de princípios elevados, suspende qualquer regra. Aos encarregados das múltiplas iniciativas demandadas pela guerra, cabem atribuições difusas, nem sempre formalizadas e reconhecíveis; se é fácil identificar o militar, apurando a vista, é difícil distinguir a atividade civil da atividade militar.

Na guerra, os instintos, impulsos e tendências reprimidas se manifestam de forma absoluta. O envolvimento no confronto de vida e morte é a maneira mais eficaz de separação dos humanos; radicaliza as diferenças entre as coletividades. E, por consequência, é também o mais poderoso processo de estreitamento das relações de um coletivo. Na expectativa do combate e, sobretudo, no próprio combate, indivíduos anulam suas diferenças e unem suas vontades: quando todos correm risco, a individualidade cede fortemente ao coletivo. O resultado da guerra não se manifesta apenas nas condições imediatas das sociedades, constitui patrimônio simbólico da maior valia, alimenta tradições norteadoras do convívio social e legitimadoras do exercício do poder, fundamenta esperanças acerca do futuro.

Roger Caillois sublinha a dificuldade de abordar o fenômeno: “A guerra possui, em grau elevado, o caráter essencial do sagrado: ela parece proibir que seja considerada com objetividade. Ela paralisa o espírito examinador”. Luigi Bonanate considera que o conhecimento disponível sobre a guerra é “extraordinariamente limitado” e que, quanto mais importante se torna aprofundar o domínio “sobre esse que é, na história

da humanidade, o evento de mais alta concentração de valor que podemos imaginar, tanto mais exíguo ele se torna.”⁴

Evitando encarar as dimensões complexas do fenômeno, o civilizado aceita prazerosamente o reducionismo embutido numa frase de Clausewitz, em que a guerra seria a “continuação da política por outros meios.” Tal formulação se baseia numa pretensa distinção entre a atividade política e a atividade militar sendo, a primeira, a negociação entre divergentes e, a segunda, o uso racional da força bruta. Essa distinção permite ao civilizado afirmar que o objetivo da guerra é a paz, o tempo da harmonia, não o exercício do domínio. Como observa John Keegan, a frase de Clausewitz circunscreve o fenômeno ao tempo histórico do autor, condiciona a guerra à existência do Estado, ao estabelecimento de “relações políticas,” a atitudes que a modernidade assimila como “racionais.”⁵ E, sobretudo, não deixa margem de autodeterminação ao militar.

Outra formulação, menos conhecida, de Clausewitz, segundo a qual a guerra seria “um ato de violência destinado a forçar o adversário a executar nossa vontade,” alarga consideravelmente e torna mais difícil a percepção da guerra como a busca da convivência harmônica, ou da paz. Raymond Aron demonstra como essa formulação absorve os três conceitos maiores da teoria de Clausewitz: “a violência, ou o impulso natural cego; o objetivo,” que seria determinado pelo “jogo da probabilidade e do acaso,” formadores da “livre atividade da alma, e a finalidade última” que resultaria do “puro entendimento.”⁶

Desta forma, a guerra não pode ser vista como uma mera continuidade da ação política em busca da paz. A vontade de um coletivo reflete necessidades e valores que transcendem o que poderia ser admitido como seus objetivos políticos: homens guerreiam quando percebem que suas necessidades básicas de alimento, proteção e reprodução não estão asseguradas e essa percepção é sempre relativa. Nos momentos graves, ocorrem impulsos naturais cegos, não apenas atitu-

des “racionais” ou tendências passíveis de explicações claras pelos que exercem a hegemonia política. Mais do que uma prova de força entre coletividades, Estados, partidos ou classes sociais, a guerra é o confronto de vontades nem sempre controláveis e sua ocorrência vai além do horizonte estreito testemunhado por Clausewitz, um oficial prussiano que não gostava de judeus, odiava franceses e que abandonou sua corporação ao considerar que seu soberano não agia conforme os interesse da pátria.

A guerra se manifesta desde tempos imemoriais, não aguarda o surgimento do Estado e não respeita as codificações inerentes ao que o moderno designa como “atividade política.” Mesmo contextualizada no mundo civilizado, dividido entre Estados nacionais, a guerra não é a continuação da política por outros meios, mas “a relação social em sua forma absoluta: é a imposição da vontade de um coletivo heterogêneo, complexo, sobre outro, através da força bruta.” A paz aspirada pelo civilizado, resultando da força bruta, será sempre o tempo de preparação para uma outra guerra.

Norbert Elias, estudando o processo civilizador, atribui a origem da idéia de “civilização ocidental” a elites de países europeus e a define como “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo.” Essa consciência, para Elias, poderia ser chamada de “consciência nacional,” que resumiria “tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas.’”⁷

A expressão da consciência nacional requer a incorporação do *habitus*, termo com que Elias designa o saber social forjado através da disciplina de indivíduos e do permanente esforço de eliminação ou submissão de vontades coletivas concorrentes.⁸ A guerra é a forma mais contundente de disciplinar e impor vontades, sendo utilizada por todas as sociedades. O surgimento da nação está sempre associado a derramamento de sangue, tanto o dos que formam a comunidade como o de seus vizinhos. A força militar é in-

dispensável à emergência e à afirmação desta entidade que estrutura e promove a civilização. Se a territorialidade, a soberania e a legitimidade do Estado nacional não resultam apenas da força das armas, sem estas a entidade política moderna não teria vez.

O pensador moderno capta a mudança histórica menosprezando as significações do emprego de armas pelo civilizado bem como o papel multifacetário dos que as manejam. Para Spencer, as sociedades “pré-industriais” seriam essencialmente guerreiras e o mundo industrial, pacífico por natureza, mais tendente à conciliação que ao antagonismo. Em Durkheim, uma “solidariedade orgânica” estimulada pelo progresso industrial atenuaria as particularidades nacionais e tornaria a guerra cada vez menos freqüente. Obscurecendo as tensões da modernidade, estes pensadores anunciam um futuro sem carnificinas.

Os defensores da supressão da propriedade privada, que antevêm igualmente um tempo de satisfação e harmonia, tributam à violência um papel funcional, de instrumento de dominação de classe. Limitam sua importância à de um recurso para a superação de etapas históricas. A violência seria “parteira da história.” Engels acata a organização das nacionalidades como condição para a cooperação entre os povos: a dispersão em pequenos Estados, a seu ver, amarraria o desenvolvimento. No contexto da disputa burguesa, um Estado unificado e militarmente capaz seria indispensável à economia alemã.⁹ Lênin, em sua análise da insurreição russa de 1905, resume a importância do militar nos planos dos propositores da sociedade que extinguiria a exploração entre os homens e o confronto entre nações:

Na realidade, a vacilação das tropas, que todo o movimento verdadeiramente popular implica inevitavelmente, conduz, quando a luta revolucionária se agudiza, a uma verdadeira “luta pelas tropas”.¹⁰

Os teóricos da revolução proletária passam ligeiro sobre as implicações sociais e políticas da guerra no mundo urbano-industrial; negam autonomia ao militar e relevam o seu papel na formação de um sentimento comunitário que se sobrepõe a solidariedade de classe.

Os autores que, nas últimas décadas, se dedicam ao estudo do nacionalismo, da história das guerras e das instituições militares é que apontam a profunda vinculação entre o confronto sangrento e a emergência do Estado-nação. Observando a complexidade da formação do sentimento nacional, constatando sua extraordinária capacidade de legitimação do poder político e de coesão social, intelectuais com perspectivas teóricas distintas assinalam, com maior ou menor ênfase, a importância da guerra para o seu advento. Lembram que, na Europa burguesa, berço do nacionalismo, durante os séculos XIX e XX, o serviço militar obrigatório universalizado representa um poderoso instrumento da educação de massa requerida pelo Estado nacional, ao lado da escola primária, da literatura, da arte de exaltação nativista e das novas possibilidades de comunicação. Para compor os imensos efetivos de reservistas exigidos pela guerra moderna, o militar se empenha a fundo na construção de suas nacionalidades.

Michael Mann, pesquisando a autonomia do Estado em relação à sociedade civil, conclui que, quanto mais evoluído o Estado, melhor “penetra a sociedade civil e implementa logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio.” O autor chama esta penetração de “poder infra-estrutural” e, entre as “técnicas logísticas” que permitem sua expressão, sublinha a “técnica militar.” O monopólio dos mecanismos de violência organizada, ou seja, o “poder militar,” para Mann, detém considerável capacidade de sobrepor-se ao Estado e inserir-se na dinâmica política moderna.¹¹

Anthony Giddens ampara-se em pesquisadores das instituições militares como Huntington e Janowitz para analisar a influência da guerra sobre o Estado nacional; considera que, se os vínculos entre o desenvolvimento industrial, a coordenação

nação política e a força militar ficam temporariamente encobertos nos principais Estados ocidentais modernos, as duas grandes guerras do século XX, com seus níveis “totalmente inimagináveis de carnificina,” os tornam “completamente evidentes;” endossando as pesquisas de M. D. Feld, afirma que “o Estado-nação e o exército de massa surgem simultaneamente, símbolos gêmeos da cidadania com as comunidades políticas delimitadas territorialmente.” O recrutamento em massa de soldados responderia não apenas à conveniência propriamente militar: sem ele, a classe dominante não teria “meios para exercitar seu poder.”¹²

Uma vinculação mais absoluta entre a guerra e os processos de estruturação do poder, da sociedade e da cultura é estabelecida por Elias e Balakrishnan. Examinando a construção da nacionalidade alemã, o primeiro aponta que:

...até hoje, no desenvolvimento da Europa e, a bem dizer, da humanidade, um papel central tem sido desempenhado pelas lutas de eliminação entre grupos, estejam eles integrados como tribos ou Estados.

Balakrishnan, dialogando com Benedict Anderson, foi no mesmo sentido: “é durante a guerra que a nação é imaginada como uma comunidade que incorpora grandes valores.”¹³

A guerra tem-se revelado o mais poderoso fator de identificação de comunidades; no tempo moderno, fornece a matéria-prima para a elaboração emocional do passado, requerida nos processos de identificação coletiva, anima a economia e a produção de conhecimento. O fato de a guerra ser menosprezada como objeto de estudo indica a fragilidade da “consciência que o Ocidente tem de si mesmo:” vista de perto, a guerra abala a presunção de superioridade do civilizado porque, no conflito de vida e morte, o moderno reage como o selvagem. No curso da história e conforme as diferentes culturas, a sensibilidade do homem frente à morte pode mudar; suas reações na hora de matar ou de morrer pela mão do outro, não.

3 O MILITAR E A FÉ

O civilizado interpreta a história realçando as rupturas; quanto mais destaca a mudança e obscurece a continuidade, mais alimenta a autopercepção de superioridade. Entre as descontinuidades caras à mentalidade civilizada está a noção de que o modo religioso de interpretar o mundo cede à razão científica.

Benedict Anderson reflete sobre a nação, buscando a continuidade histórica. Tomando-a como entidade indispensável para o auto-reconhecimento do civilizado, procura desvencilhar-se do esquema de raciocínio que designa “evolutivo-progressista,” do qual o marxismo e o liberalismo fazem parte, associando o nacionalismo aos “vastos sistemas culturais que o precederam, a partir dos quais – e contra os quais – se constituiu.”

Anderson concentra a atenção em dois “sistemas culturais” que julga relevantes para compreender o nacionalismo, a “comunidade religiosa” e o “reino dinástico.” Como o imaginário nacionalista se preocupa com a morte e a imortalidade, esses dois “sistemas” seriam os grandes referenciais para refletir sobre a origem e a expansão das “comunidades imaginadas,” as nações modernas. A preocupação do nacionalismo com a morte e com a imortalidade é ilustrada por Anderson com o que considera os emblemas mais marcantes da cultura moderna, os cenotáfios e os túmulos do soldado desconhecido, monumentos vazios, sem restos mortais, mas carregados de remessas ao passado longínquo e ao futuro desconhecido, como as nações:

Se os Estados-nação são amplamente reconhecidos como “novos” e “históricos”, as nações às quais dão expressão política surgem sempre como expressão de um passado imemorial e, o que é mais importante, movem-se gradualmente e imperceptivelmente em direção a um futuro sem limites.¹⁴

A nação detém, de fato, um inequívoco sentido de continuidade e a melhor demonstração disso é sua estreita e persistente ligação com o encarregado de sustentá-la pelas armas. A nação existe porque, por meio dela, o homem moderno vê a possibilidade de atender às necessidades básicas de sua comunidade. Por conta disso o moderno mata, morre e persiste disposto a matar e morrer. Sendo o extermínio de vidas um ato de extrema gravidade, procura-se sempre em prestar-lhe o caráter de ato sagrado. Os primitivos cantam e dançam invocando a divindade antes de usar armas. Nas elaborações mitológicas, deuses e heróis reproduzem o comportamento dos combatentes, protagonizam e definem batalhas. Nas mais diversas religiões, inclusive no cristianismo, que se reclama pacifista, a guerra é tida como manifestação da vontade divina e o extermínio de vidas é apresentado como designio de Deus. O combatente contemporâneo, como o seu ancestral, se veste de mandatário do “Bem” em luta sagrada contra o “Mal”; antes de partir em missão, presta juramento e desfila reverente diante da bandeira nacional como, no medievo, um cruzado diante da cruz.

A contemporaneidade não desatualiza a mordacidade de Voltaire: “o maravilhoso, nesta empresa infernal (a guerra), é que todos os chefes de assassinos fazem benzer as bandeiras e invocam solenemente Deus antes de exterminar o próximo.”¹⁵

Voltaire revela a disposição da mentalidade moderna de ver a guerra como algo excepcional ou uma aberração entre “civilizados,” disposição que necessita de cortes arbitrários como os estabelecidos entre “o religioso, o político, o econômico, o científico e o militar.” Estas distinções, bem como os sempre frustrados acordos de desarmamento, as tentativas fracassadas de classificar e regulamentar o comportamento de homens e mulheres em confrontos de vida e morte ou ainda as quiméricas buscas de neutralidade nas relações conflituosas entre Estados nacionais, refletem a necessidade de camuflar o mal-estar provocado pela eliminação de vidas humanas.

Pesquisadores do ambiente histórico tido como berço da civilização ocidental assinalam a impossibilidade de distinguir o político e o religioso do “militar.” Jean Pierre Vernant, resumindo estudos sobre a guerra na Grécia antiga, sublinha que sua ocorrência representa a normalidade nas relações entre as cidades-estados, não um domínio à parte, com instituições específicas, agentes especializados, ideologia e valores próprios:

A guerra não é submissa à cidade, não está a serviço da política; ela é a própria política; ela se identifica com a cidade, pois o agente guerreiro coincide com o cidadão que regula igualmente os negócios comuns do grupo.¹⁶

No mundo antigo, o apelo à defesa comunitária nutre-se do ódio ao inimigo e da exaltação do valor próprio. Platão sentencia que o “gosto pelo saber” pertence aos gregos; o “amor das riquezas,” próprio das almas inferiores, aos fenícios e egípcios. Sustentando a identidade grega, distingue a guerra da “discórdia civil,” a primeira sendo a luta com o estrangeiro e, a segunda, o confronto entre os próprios gregos. Aristóteles, que se afasta de Platão em tantos aspectos, não seria menos contundente reconhecendo a existência de povos “que não evitam os massacres e são ávidos de carne humana,” mas que, quando atacados, “são tudo, menos valentes: por exemplo, os aqueus e os heniocos (...).” A guerra é justa quando se trata de vencer o maldoso e inferior; seria injusta se resultasse na escravização de homens nobres. A vitória militar, antes de impor superioridade, requer a superioridade; a força, sendo um mérito, confere direitos.¹⁷

Os doutores da Igreja, desde Santo Agostinho, amparam-se em Aristóteles para definir a justiça das guerras movidas em nome da cristandade, não apenas as Cruzadas, mas também o massacre de nativos americanos e a escravidão de africanos. O êxtase do bispo Raymond d’Agile descrevendo a tomada de Jerusalém pelos cruzados revela que o jeito cristão de santificar o derramamento de sangue pode não ter limites:

Coisas admiráveis são vistas... Nas ruas e nas praças da cidade, pedaços de cabeça, de mãos, de pés. Os homens e os cavaleiros marcham por todos os lados através de cadáveres... No Templo e no Pórtico, ia-se a cavalo com o sangue até a brida. Justo e admirável o julgamento de Deus que quis que esse lugar recebesse o sangue dos blasfemos que o haviam emporcalhado. Espetáculos celestes... Na Igreja e por toda a cidade o povo rendia graças ao Eterno.

O combatente incorpora o ódio santificado ao inimigo e se apresenta como representante e símbolo da tribo, da raça, da fé, da soberania do Estado, da honra de nação, da classe social, da crença política, enfim, do coletivo que pretende submeter outro coletivo. Guerreiros, em qualquer tempo e lugar, são levados a cultivar a “bela morte”; amam a vida, não desprezam facilidades materiais ou projeção social, mas são induzidos a perseguir a glória, algo além daquilo que a existência terrena pode oferecer. Heróis de guerra, sobretudo os mortos, em todas as sociedades, são reverenciados. Nos Estados Unidos, hoje, haveria algum lugar em que se exija mais respeito dos visitantes, nacionais ou estrangeiros, que o jardim de pedras de Arlington? Nas infundáveis e monótonas alamedas do cemitério, algo além dos guardas e, quem sabe, das almas dos mortos em combate pelo domínio do mundo, vigia a todos: o orgulho nacional. Em Paris, talvez seja menos constrangedor tossir em Notre Dame que no túmulo de Napoleão, o comandante de incontáveis carnificinas praticadas em nome da civilização.

Homero conta que Agamenon oferece presentes a Aquiles por seu apoio na Guerra de Tróia: Briséis (a mulher que lhe havia sido tomada), jazidas, cavalos, sete mulheres de Lesbos, sete cidades que lhe dariam oferendas como a um Deus. Aquiles recusa, preferindo “uma longa vida,” na qual a morte, que tudo destrói, não saberia lhe alcançar. Leônidas e os trezentos espartanos, aguardando a morte certa nas Termópilas, tornam-se símbolos da civilidade grega, decantada pelos ocidentais modernos. Santo Agostinho, contorcen-

do-se frente ao ensinamento “não matarás,” usa o caso de Sansão, para concluir que o homem tem direito de dar-se à morte quando ouve o sopro da divindade. Nos combates codificados do medievo, os que não tremem frente à morte certa asseguram a própria honra e a de suas comunidades. Em Verdun, em Stalingrado, centenas de milhares de homens oferecem o sangue em manobras sem retorno, definem o curso das duas guerras mundiais e ganham monumentos como defensores sagrados de seus países. Admitindo o auto-sacrifício, os guerreiros fascina, galvanizam multidões e animam processos sociais. Não há sociedades sem vultos paradigmáticos, sem heróis que simbolizem o comportamento que o coletivo espera de cada um. A guerra é um grande, senão o maior, celeiro de heróis.

Robert Kaagan, diagnosticando as atuais relações entre os Estados Unidos e a Europa, afirma que “a força militar da América estimula a tendência de usá-la.”¹⁸ De fato, o governo norte-americano defende hoje suas intervenções externas nos termos de Aristóteles e dos doutores da Igreja, como “guerra justa”. Abençoado por Deus, o representante do Bem deve vencer o Mal encarnado pelo estrangeiro inferior.

4 O MILITAR E A NAÇÃO

Na Modernidade, a sagração do guerreiro ocorre, e só pode ocorrer, no altar da pátria, onde a bandeira nacional paira como ícone supremo. A sua defesa tanto justifica tirar a vida do outro quanto permite morrer de forma gloriosa. O moderno considera que quem guerreia em nome de Deus é fanático; o civilizado guerreia pela pátria sagrada. Em termos práticos, que diferença pode ser estabelecida entre a crença religiosa e o sentimento nacional? O sentimento nacional, que permite a emergência da entidade política civilizada nos últimos dois séculos, é o que legitima o guerreiro moderno, inclusive aquele empenhado na construção do socialismo. A

URSS deveria contar não apenas com o saber técnico dos integrantes do exército nacional russo, mas, proclama-se “pátria socialista” enquanto reprime nacionalidades abrigadas em seu vasto território e apóia, quando julga conveniente, a criação de “exércitos de libertação nacional” em outros países.

A organização da “nação armada,” ou seja, de grandes contingentes de reservistas, é a forma civilizada de resolver um problema antigo: mobilizar, selecionar e preparar os mais aptos para matar e morrer nos confrontos em nome do coletivo. A heterogeneidade e as tensões da sociedade urbano-industrial, dificultando a percepção da finalidade da guerra pela maioria, exigem a disseminação de um sentimento espetacularmente unificador, o sentimento patriótico, capaz de unir crentes de diferentes religiões. Que sociedade moderna se envolveria em guerras para a defesa da acumulação privada de capital, pela conquista de mercados ou por reservas de petróleo? A necessidade de galvanização em torno de causas mais elevadas é acentuada pelo emprego de engenhos de grande poder destrutivo, que implica a possibilidade de graves perdas.

Na tropa moderna, o combatente já não é escravo ou criminoso retirado da prisão, em busca de liberdade ou do simples direito de continuar vivo; não é formalmente o mercenário procurando meio de vida nem o pobre sem arrimo, buscando proteção, vestindo farda a contragosto; tampouco representa casta ou cumpre ordens de senhores. O combatente civilizado serve ao Estado, mas pertence espiritualmente à nação e, como seu defensor, deve ser remunerado e respeitado. Se o combatente não integra uma força regular nem usa armas “convencionais,” ou seja, se não é assimilado como um militar, é bandido. E, além disso, se o seu Deus não é ocidental, é um selvagem.

Na Europa medieval, depois das Cruzadas, enquanto não ocorrem tentativas de hegemonia imperial, os combates movimentam tropas pequenas e permitem apenas táticas limitadas. A força armada do domínio senhorial é personalizada.

da, sendo o senhor e seus próximos obrigados a se preparar permanentemente para a luta. Dispondo de poucos recursos, o feudal não baseia sua defesa no mercenário, processo de recrutamento praticado no Ocidente desde os antigos gregos e romanos. O mercenário volta à cena nas áreas de comércio florescente. Na Itália, é prática corrente nos séculos XVI e XVII, mas os dispêndios com esses profissionais levam muitos soberanos à estreita dependência de grandes fortunas privadas.

Já no início do século XVI, Maquiavel aponta a fragilidade do Príncipe que conta com “armas alheias”; considera que a estabilidade política dependeria da força e que os fundamentos do Estado seriam as “boas leis e boas armas.” Preocupado com a fragilidade da Itália frente a ingerências externas, Maquiavel condena a contratação de mercenários por serem dispendiosos, ineficazes, ambiciosos e indisciplinados e propõe uma organização militar baseada essencialmente nos camponeses, mais refratários aos “vícios das cidades” e passíveis de maior entusiasmo pelo Príncipe. Maquiavel demonstra na prática o caminho para a formação do exército moderno quando os florentinos assediam Pisa, em 1506: a vitória é assegurada pela atuação de uma milícia de cidadãos toscanos. Baseado no estudo do exército romano e em sua própria experiência, conclui que “não é o ouro, mas os soldados que garantem a vitória na guerra.”¹⁹ O combatente ideal tem a motivação de Aquiles.

Na primeira metade do século XVII, o rei sueco Gustavo Adolfo forma um exército de cidadãos animados pelo patriotismo, intercalando o treinamento dos soldados com celebrações religiosas cotidianas para manter a disciplina e convencer os combatentes de que se entregam a causas sagradas. Paralelamente, Gustavo Adolfo explora todas as possibilidades das técnicas disponíveis. Depois das retumbantes vitórias na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), seus procedimentos são estudados e copiados em toda a Europa.

Após a Revolução Francesa, a combinação dos ideais de “cidadania, liberdade, igualdade e fraternidade,” que, idealmente se materializam na nação, revela-se explosiva: o exército francês, que em 1793 conta 265 mil homens, duas décadas depois disporia de dois milhões e meio de combatentes dispostos a matar os que se opõem à idéia de civilização e a morrer gritando “viva a República.” A Marseillaise, composta por um oficial de Engenharia, eletriza os espíritos anunciando o dia da glória aos *enfants de la patrie*. Desde então, os hinos nacionais mostram que patriotas não fogem à luta e que a decisão de matar e morrer, sendo individual, é indispensável à sobrevivência da comunidade imaginada como nação.

Ao longo do século XIX, o recrutamento obrigatório universal se consagra como forma superior de compor a tropa, sendo admitido inclusive pelos que vêm o Estado como instrumento de dominação de classe. Constatando o preparo contínuo para a guerra e os sacrifícios cobrados aos trabalhadores; notando que os exércitos permanentes perturbam a produção econômica, Marx aceita, como necessidade transitória, a formação de pequenas unidades para servir de escola aos oficiais. Sustentando a idéia da revolução de massas para a tomada do poder em vista da organização de uma nova sociedade, Marx julga que o serviço militar por tempo limitado favorece a instrução dos operários no uso das armas.²⁰ Não vê a “nação armada” como antagonica ao “internacionalismo proletário,” mesmo porque, sem homens armados não há nações e, sem nações, não há internacionalismo.

A fórmula “nação armada” se impõe como marca do Estado moderno após a derrota da França em 1870. O resultado do conflito é atribuído ao fato de o prussiano levar a capricho a preparação guerreira da sociedade; humilhados, os franceses sentem o preço do descuido com o preparo militar de reservistas galvanizados pela causa nacional.²¹ Na Europa, o serviço militar obrigatório é contestado por pacifistas, comunistas e socialistas no início do século XX: a guerra é desumana, não traz vantagens aos pobres, é sacrifício sem senti-

do; operários não devem matar operários. Mas prevalece o “apelo da pátria” ou o “chamamento da nação.” Ao som dos primeiros tiros, líderes socialistas conclamam os trabalhadores a participar da indescritível carnificina iniciada em 1914.

O alistamento militar de todos os cidadãos garante ao Estado moderno gigantescas reservas de combatentes preparados com dispêndios mais suportáveis e sem perturbar a economia. A burguesia industrial acata favoravelmente a inovação, já que a disciplina, o hábito da obediência, o condicionamento aos gestos sincronizados e as habilidades adquiridas pelos jovens durante o “serviço militar” beneficiam a mão-de-obra. A curta permanência dos recrutados nos quartéis limitaria laços pessoais inconvenientes entre oficiais e soldados. A centralidade do poder, corolário do monopólio da força, requer o desestímulo a aventuras de comandantes militares voluntariosos.

A guerra entre Estados burgueses com acesso aos mesmos instrumentos de destruição exige, além do manejo de tropas numerosas e de todos os recursos materiais disponíveis, o emprego de combatentes espiritualmente mobilizados. Como a sociedade não reconhece a representação de seus interesses no poder que garante a acumulação privada, o recrutamento de homens dispostos a matar e a morrer deve ser mais elaborado. O “apelo patriótico” realça o Estado nacional como unificador da vontade coletiva e marca da sociedade civilizada.

O “amor à pátria,” no medievo, significara algo como o apego ao “torrão natal,” o lugar da família ou da comunidade cujos membros se reconhecem.²² Agora, se confunde com uma relação afetiva ampliada, menos precisa, de construção complexa, o “sentimento nacional,” que se sobrepõe a identidades referenciadas em origens étnicas, línguas comuns, classes sociais e crenças religiosas. O recrutamento baseado na conscrição universal e na obrigatoriedade do “serviço militar” materializa o “exército nacional” e se revela indispensável à disputa entre os Estados modernos. Apenas um motivo

indiscutivelmente superior, glorificador, o “interesse nacional,” distinto das “razões de Estado do ancien régime” e das legitimidades de alcance limitado, assentadas em noções dinásticas, viabiliza a possante e dispendiosa formação militar moderna. O conceito “nação armada” se impõe paralelamente à ampliação e ao aperfeiçoamento do aparelho burocrático estatal, sem o qual não seriam viáveis o conhecimento, a localização e o controle da população.

Os grandes sacrifícios impostos pela guerra moderna sagram a “causa da pátria.” Na Segunda Guerra Mundial, o apelo ao sentimento nacional leva ao paroxismo a violência coletiva: milhões de pessoas são mobilizadas para outra onda de destruição em massa. Nas últimas décadas, os recursos tecnológicos e a contenção de gastos públicos induzem à redução dos exércitos e à extinção da obrigatoriedade do serviço militar em diversos países. Os resultados dessa novidade ainda não foram plenamente testados, mas já são questionados por fragilizar a qualidade moral do combatente. O noticiário sobre o comportamento de voluntários norte-americanos no Iraque, homens e mulheres sem obrigação de pagar “tributo de sangue,” contribui, neste sentido. Como a sociedade pode reconhecer propósitos elevados em soldados que abusam de prisioneiros indefesos? Se, na guerra, é comum a perda de valores referenciais, mais difícil se torna controlar jovens que aceitam ir ao combate por falta de alternativas mais promissoras. O governo dos Estados Unidos enfrenta, em essência, o mesmo problema apontado por Maquiavel no século XVI.

Mesmo, porém, a perda da aura ensejada pela obrigatoriedade do serviço militar obrigatório não deixa o “chamamento da pátria” em desuso. A realização da vontade do coletivo nacional persiste legitimando o envio de homens ao campo de batalha como gesto sagrado, inclusive de jovens cuja motivação para o combate se aproxima fortemente da dos mercenários presentes na história da guerra. O Estado moderno, que se reclama laico, fingindo não

envolver a divindade em seus assuntos, não pode deixar de apresentar motivos sacrossantos para expor seus cidadãos e para exterminar vidas fora de seu território.

5 O MILITAR E O TEMPO

Outra convicção firmada paulatinamente nos últimos séculos é a de que a sociedade está submetida a uma aceleração progressiva do tempo histórico. A filosofia do Direito natural, tomando a emergência do Estado como a superação da barbárie, um mundo sem lei, caminha rumo a essa percepção. O iluminismo assegura-lhe a condição de base estrutural do pensamento moderno. Rousseau, constatando que “tudo o que brilha está em declínio,” prenuncia o vendaval da Revolução Francesa. Hegel, teorizando sobre as idéias como “filhas do tempo” e assegurando que a história tem seu rumo estabelecido pela contínua realização da condição humana, assenta a progressão histórica como inelutável. Marx e Engels, percebendo que, sob o domínio burguês, “tudo o que é sólido se desmancha no ar,” resumem a sensação dos civilizados frente ao fluxo vertiginoso de novidades do nascente mundo urbano-industrial. O evolucionismo, finalmente, não duvida de que o humano está sujeito a mudanças constantes, progressivas e promissoras.

A mentalidade moderna é de tal forma estruturada na crença numa incessante evolução do conhecimento científico e tecnológico, dos costumes e dos valores que a sociedade naturaliza os impactos contínuos e cumulativos do desenvolvimento da indústria, das comunicações, do intercâmbio dos povos e das transformações do meio ambiente. A naturalização da mudança é paralela à emergência do Estado-nação, que, assinala Gellner, corresponde à supremacia do mundo urbano-industrial sobre as sociedades agrárias baseadas em “tecnologias estáveis,” com limitados instrumentos de comunicação, poucas possibilidades de intervir na natureza e produzir o bastante para acompanhar o de-

envolvimento demográfico.²³ Essa entidade firma-se num ambiente de descoberta e invenção, de crescimento exponencial da capacidade de produção e de transmissão rápida e massiva de informações e idéias.

A percepção do tempo histórico acelerado é, obviamente, estabelecida a partir de referências ao passado; sem referências a situações ultrapassadas, o moderno não se reconhece como superior. A relação do moderno com o passado, entretanto, é ambígua: revela menosprezo e reverência. O moderno usa como pejorativos os termos “primitivo, bárbaro, antigo, medieval, arcaico,” ao designar valores e comportamentos tidos como superados, inconvenientes ou inadmissíveis; em contrapartida, constrói sistematicamente paradigmas fundados em “tradições.” Nenhuma sociedade moderna dispensa referências legitimadas pela “tradição,” que se torna uma categoria de uso corrente nas ciências sociais. Hobsbawm difunde a expressão “tradição inventada,” mas o adjetivo é inadequado ou supérfluo: sendo a memória seletiva e sempre subordinada a algum propósito, não há tradição que não seja inventada. Ao “resgatar, preservar, valorizar ou cultivar” tradições, o moderno lê o passado a seu gosto ou conforme a sua necessidade. A visão do passado é refeita no dia a dia, a tradição serve ao presente, orientando intenções relativas ao futuro.

Quem estuda a entidade política que estrutura o mundo civilizado, o Estado nacional, sabe que se trata de um incorrigível fabricante de tradições. Os construtores de Estados nacionais usam astuciosamente todos os recursos possíveis para demonstrar a cada cidadão a sua responsabilidade como herdeiro de um “passado comum” ou de uma “tradição comum” que, rigorosamente, nunca existiu tal como lhe é apresentado. Na atualidade, antropólogos, sociólogos e historiadores desvendam como os modernos constroem suas tradições, mas Renan, no século XIX, já estabelecia que o sentimento nacional é uma escolha cotidiana que demanda necessariamente o “esquecimento” de certas experiências vividas.²⁴ A revelação de determinadas “verdades históricas” é sempre inconveniente para a nação.

O militar moderno é um imbatível incentivador do progresso, mas nenhum outro servidor do Estado o supera no respeito a práticas ancestrais. É inerente à atividade militar a associação de antigos valores e rituais às novidades mais surpreendentes; no confronto sangrento, o civilizado se confunde com o bárbaro. A guerra desperta instintos elementares e revive práticas imemoriais; aspectos fundamentais do comportamento humano em combate não são alterados com o passar do tempo. O militar defende a ciência e a tecnologia, vai ao espaço, sonha com a guerra nas estrelas com o mesmo propósito do índio que ensina o filho a procurar na mata o melhor material para seu arco e o mais eficaz veneno para sua flecha.

O enfraquecimento de coletividades humanas por meio da violência ou da promessa de violência é um procedimento que não envelhece. Sun-Tzu, há mais de dois mil anos, aponta a desmoralização do inimigo como um elemento fundamental à vitória: tudo deve ser feito para semear o medo, o desânimo, o cansaço, o pânico até que o inimigo entregue as armas ou fuja aterrorizado. Um contingente guerreiro que use de forma inteligente um determinado meio para espalhar o “terror” pode lograr a vitória sobre inimigos poderosos. Os estrategistas modernos seguem Sun-Tzu: ações visando a semear o amedrontamento são metodicamente planejadas pelos civilizados. O sofrimento das coletividades, o sangue a ser versado, o possível impacto na opinião de inimigos, aliados e adversários, as possibilidades de retaliação, tudo é intuído, pensado, planejado de forma objetiva pelo guerreiro moderno.

Em 1913, quando o avião ainda está no início de seu trajeto como símbolo da modernidade, o italiano Giulio Douhet teoriza sobre o seu emprego como arma capaz de abater a vontade de resistência de populações indefesas através da destruição de indústrias, redes de transporte e abastecimento. Hugh Trenchard, organizador da Royal Air Force, ganha celebridade com a tese de que a aviação deve ter, como alvo

principal, os centros urbanos pois, assim, poderia levar o inimigo a render-se rapidamente.

O militar moderno não apenas revive procedimentos antigos, mas não perde ocasião de mostrar seu apego ao passado. Os selvagens, que não diferenciam o religioso do secular, encaram suas ações mais ordinárias como cerimônias que permitem aos mortais o acesso a um mundo intemporal. O militar moderno age sempre segundo ritos regulamentados e transforma tudo em cerimônias: a chegada do comandante ao quartel, o deslocamento de pequenos grupos de um lugar para outro, a substituição de sentinelas, o hasteamento da bandeira. Ao concluir o curso, o jovem oficial recebe uma arma em desuso, a espada, e passa a exibi-la em solenidades ao público, dando, assim, um claro recado: é de linhagem antiga e, se preciso for, pode tirar a vida de outro.

O militar moderno, como autêntico animador da aceleração do tempo histórico, é um destacado construtor de tradições. Atento às emoções coletivas e à necessidade de legitimar uma função social bem peculiar, é fadado a relembrar permanentemente feitos gloriosos e a celebrar os imolados no altar da pátria como vultos paradigmáticos, usando todos os meios de comunicação, em particular os mais poderosos. Já em 1915, Griffith recebe apoio logístico dos engenheiros da Academia Militar de West Point para filmar "O Nascimento de uma Nação," um dos primeiros longa-metragens da história. Trata-se do início de uma prolongada colaboração entre a autoridade pública e o produtor de cinema de Hollywood, visando ao enaltecimento do militar norteamericano. Desde então, os filmes de guerra, que estão sempre entre os campeões de bilheteria, não apenas estimulam a juventude a seguir a carreira das armas, mas cultivam a antiga lição de que vale a pena morrer pela pátria. A força militar não apenas reflete as novidades do mundo moderno, mas delas se nutre ao tempo em que promove permanentemente o seu desenvolvimento.

Preparando-se para a guerra, guerreando ou colhendo os frutos da guerra, o militar incentiva o surgimento das maravilhas que alimentam a percepção do tempo histórico acelerado, mas, manuseando as conquistas da ciência e da técnica para eliminar vidas, contradiz a noção de que o civilizado valoriza a condição humana. Em sua essência, a atividade militar revela mais a rotina do que a aceleração do tempo histórico. O estudo aprofundado da guerra, do militar e da nação, obrigando a mergulhos na “natureza humana,” levando ao exame da fonte alimentadora da evolução e aos fundamentos das relações sociais, alimenta o pessimismo: sugere que a humanidade não escapa do “eterno retorno.”

6 O MILITAR E O PROGRESSO

A sensação de viver um tempo histórico acelerado oferece substância ao discurso político moderno que não apenas assegura ao homem a possibilidade de construir o futuro, mas acena com um futuro de abundância, liberdade e harmonia entre os povos. As explosivas iniquidades sociais, as tensões permanentes, os sinais inquietantes de transformação do meio ambiente estimulam desejos de superação de antagonismos, de afirmação universal de “direitos humanos,” de convivência solidária e respeitosa entre seres e coletividades e de “desenvolvimento sustentável.” Ao político, diz Aristóteles na conturbada Grécia escravocrata, cabe a “promessa de um bem”; ao político moderno não cabe alternativa senão a de promover acelerar o progresso rumo à satisfação geral.

O militar está na linha de frente das realizações humanas que ensejam a crença num futuro melhor, pois não apenas sustenta pela força os regimes políticos civilizados como é um destacado e poderoso indutor de iniciativas no campo científico e tecnológico. As chances de êxito do militar não são definidas apenas pela disposição de matar e morrer, mas também pelos meios de combate postos a sua disposição, por seu preparo técnico e seus procedimentos operacionais. Em

busca de posição vantajosa nos confrontos, guerreiros perseguem a ampliação da potência, do alcance e da precisão das armas; empenham-se na melhoria das possibilidades de observação e comunicação, na maior velocidade e coordenação de deslocamentos, na eficiência na produção, conservação e transporte de equipamentos e alimentos, preocupam-se em garantir condições sanitárias à tropa, recuperar e tratar os feridos.

A perspectiva de conflitos impulsiona e orienta a inovação e o estadista moderno tem consciência disso. Estudando a montagem das instituições científicas financiadas com recursos públicos na França entre o fim da guerra dos Sete Anos (1763) e a Restauração (1830), Patrice Bret ressalta o papel dos ministérios da Guerra e da Marinha. Uma lendária conversa entre Berthollet e Napoleão ilustra a intimidade do comandante militar com os problemas da pesquisa científica, bem como a forma expedita, própria do comandante, de assegurar primazia à produção do conhecimento. Informado das experiências com a energia elétrica, o Imperador pergunta ao sábio por que razão não estariam sendo desenvolvidas na França. Berthollet responde que a França não dispunha de pilhas voltaicas potentes. Napoleão libera imediatamente os recursos necessários à fabricação imediata de uma pilha com dimensões inéditas. Ato contínuo, a Inglaterra providencia uma pilha superior ao engenho francês.²⁵

A relação estreita entre o progresso da ciência e a constituição da força regular, disciplinada, movida pela “honra nacional,” talvez seja melhor revelada na palavra do estadista empenhado em transformar uma ex-colônia num Estado moderno. Em 1831, quando o Brasil não dispunha de universidades e eram rarefeitas as chances de formar quadros superiores, o ministro Bernardo de Vasconcelos, justificando a reforma nos instrumentos de força do Estado, apresenta uma “exposição de princípios” ilustrativa:

A arte da guerra é atualmente resultado de combinações científicas, de cálculos profundos formados sobre os princípios mais trans-

centes da matemática. Ela se tem complicado na razão direta dos progressos da civilização; exige talentos e diuturna prática que não se adquirem no momento da necessidade. O governo, portanto, procurará dar aos corpos da força de terra e mar, a instrução precisa para manterem a honra nacional e conservarem a subordinação e disciplina no regaço da paz, inacessível às sugestões da rebelião e das frações.²⁶

Sob o Estado moderno, instituições militares antecedem as entidades civis na defesa de investimentos públicos na educação de massa, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia; com frequência, tomam iniciativas pioneiras na formação de quadros superiores. Especialistas provindos de escolas militares se projetam nos mais diversos países pela capacidade de conduzir projetos de grande impacto socioeconômico. Entre os servidores públicos, nenhum supera o militar na abertura de espírito para as novidades tecnológicas e industriais, pois a força reflete em grande medida a produção intensiva, padronizada e em larga escala de múltiplos engenhos, substâncias e equipamentos cada vez mais sofisticados.

A extraordinária recuperação da capacidade militar da Alemanha após a derrota de 1918 talvez seja a melhor ilustração dos vínculos profundos entre o militar, a ciência e a economia. A recuperação tem início bem antes da chegada de Hitler ao poder, quando as despesas militares ainda representam menos de 1% do PIB alemão e o país, manietado pelo Tratado de Versalhes, está proibido de fabricar aviões militares, submarinos, tanques, artilharia pesada e armas químicas. Em 1927, uma comissão internacional de controle passa um pente-fino no território alemão e destrói o material de guerra que encontra: 15.700 aviões, 30.000 motores, 60.000 canhões, 130.000 metralhadoras, 31 trens blindados, telefones, munição etc. As principais instalações navais foram aniquiladas assim como a maquinaria pesada da indústria de guerra.²⁷

Os vencedores, no entanto, sabem que nada disso representa a neutralização militar do país. O general Nollet, chefe da comissão internacional de controle esclarece:

... a guerra moderna põe em jogo todas as forças da nação e, numa interpretação extensiva, pode-se considerar como material de guerra grande parte dos recursos instrumentais da Nação (l'outillage national). Assim, o material da nação vencida não pode ser destruído. O desarmamento de uma nação só pode ser efêmero. Não se pode reduzir uma grande nação a impotência a não ser arruinando sua força moral ao ponto em que ela se entregue.²⁸

O desarmamento foi tomado pela sociedade alemã como amputação de sua soberania e, mesmo sem diretrizes e coordenação definidas, os esforços coletivos convergiam para a recuperação da capacidade militar. Apesar de o serviço militar obrigatório estar proibido, voluntários se apresentam em número dez vezes maior que a possibilidade de engajamento e são preparados para funções superiores a suas respectivas patentes, o que significa estarem prontos para treinar contingentes bem mais numerosos que o legalmente estabelecido. O pequeno exército alemão torna-se um exército de quadros e os poucos regimentos organizados guardam as bandeiras das unidades extintas. Driblando o fechamento da *Kriegsakademie*, a Escola Superior de Guerra, e do Estado Maior do Exército, organiza-se um sistema de ensino informal, descentralizado e muitos oficiais desmobilizados permanecem articulados, informados sistematicamente de todos os avanços técnicos dos exércitos estrangeiros, estudando inclusive protótipos de novas armas. Fábricas de automóveis, instrumentos agrícolas e produtos químicos recebem subvenções camufladas tendo em vista o planejamento para a produção em série de veículos militares, explosivos e equipamentos para a tropa. A *Lufthansa* adota aviões aptos para receber armamento e numerosos aeroclubes civis treinam milhares de futuros pilotos de combate. Proibida de construir grandes navios de guerra, a Alemanha reúne todos os recursos téc-

nicos para construir pequenos navios velozes, resistentes, com grande autonomia e temível poder de fogo, os chamados “couraçados de bolso.”²⁹

A recuperação da potência militar alemã envolve todos os setores da sociedade e, a partir de 1930, deixa de ser camuflada. Quando Hitler, em fevereiro 1933, depois de receber lições dos oficiais mais preparados, anuncia publicamente a intenção de reafirmar o poder da Alemanha, o país já está em condições de, em poucos anos, apresentar ao mundo uma máquina de guerra até então desconhecida.

Os estudos sobre o desenvolvimento técnico-científico relevam o papel do militar, apesar das muitas evidências em contrário. As inovações são creditadas aos que assumem a direção do Estado, atuam em academias, institutos de ciências, universidades e empresas, malgrado o fato de as novidades mais espetaculares ocorrerem justamente durante e após os grandes conflitos. Muitos cientistas, às vezes desavisados, trabalham em projetos militares e setores industriais “de ponta” têm no militar seu principal cliente. No mundo industrial, o campo de batalha é, simultaneamente, um eficiente laboratório de teste para pesquisadores, uma sinistra exposição de novidades e uma feira de negócios para a indústria de ponta.

O obscurecimento do papel do militar no mundo moderno é facilitado por seu distanciamento da vida normal do cidadão. O quartelamento, a regulamentação estrita das atividades militares, os estímulos à camaradagem, o culto ao profissionalismo, a formação profissional padronizada, a promoção hierárquica relativamente infensa às determinações externas, a submissão a tribunais específicos conduzem ao fechamento da corporação militar. A intimidade da corporação militar moderna se torna insondável para o civil e o oficial percebe a vida fora dos quartéis com ótica particular. Nos últimos dois séculos, a dicotomia entre a atividade “civil” e a atividade “militar,” apesar de rigorosamente arbitrária, é plenamente estabelecida.

Essa dicotomia, assim como a formalização das condições de “tempo de guerra” e “tempo de paz,” autorizam a idéia de que os profissionais das armas podem e devem isentar-se ou

abster-se da política. É possível, tal alheamento? Homens se dispõem a matar e correm o risco de morrer em virtude de decisões que não lhes concernem?

A distinção entre a atividade civil e a atividade militar é cultivada objetivando a preservação das instituições políticas frente as possíveis ameaças de “usurpação militar” e mostra-se indispensável à manutenção da normalidade do processo político. Não obstante o distanciamento em relação ao conjunto da sociedade e a regulamentação que afasta o militar moderno da política convencional, o comando militar interfere necessariamente em assuntos admitidos como “não militares,” pois não pode descuidar de seu provedor, o coletivo nacional, tanto no que diz respeito ao fornecimento de armas, instalações e equipamentos quanto a tudo o que se relaciona aos quadros e à tropa.

A necessidade de intervir no campo político-administrativo fica evidente quando se consideram algumas das variadas demandas geradas pela composição da força com elementos nacionais e pela formação de contingentes de reservistas: torna-se necessário, entre outras coisas, cuidar do estado de espírito da população, do sistema de valores, do ensino básico, do controle estatístico e das condições sanitárias dos futuros recrutas. Esses problemas constituem preocupação cozinha dos comandantes militares. Como distinguir razoavelmente a natureza das atividades do militar e do civil?

A apreciação, mesmo sumária, da organização militar moderna indica que, aos profissionais da guerra não é dado abster-se da política. A ascensão funcional do guerreiro moderno demanda inclusive a comprovação de virtudes normalmente requeridas a religiosos, políticos, funcionários, executivos públicos e privados, esportistas, acadêmicos e pais de família. O teor, a forma, a intensidade e o revestimento legal da participação militar na vida social, certamente, variam conforme cada caso particular, cada experiência histórica. O fato de uma força armada respeitar regras estabelecidas ou, como se diz usualmente, não romper a “normalidade” institucional indica apenas que sua intervenção na socieda-

de é prevista e suportada pela ordem em vigor. No Estado de direito moderno, força armada “legalista” é toda aquela cuja atuação é prevista, formalmente admitida, regulamentada e mantida sob controle.

Obscurecendo o papel do militar na produção das novidades que ensejam ao civilizado a percepção de tempo histórico acelerado e de construção do progresso, o pensamento social moderno logra manter sua convicção de superioridade: se o progresso está associado à valorização da vida e embasa a esperança de um futuro de harmonia, é difícil incluir o protagonista do confronto sangrento no rol de seus promotores.

Os poderosos meios de extermínio de vidas humanas detidos pelo guerreiro civilizado instilam dúvida sobre o futuro de abundância e harmonia, pois o que é produzido com a justificativa de defender valores avançados compromete a sobrevivência de todos. Pelas armas, os Estados Unidos sustentam seu direito de, com 4,5% da população mundial, responder por 22,2% do consumo global de energia e 21,4% das emissões de carbono. Não é à toa que filmes de ficção situam armas extraordinárias, ainda não disponíveis, em mundos sem leis, em ambientes que os civilizados associam à barbárie. Na atualidade, a criança absorve, por meio da televisão, a idéia de que, no futuro, em cenário caótico e desolador, possivelmente habitado por criaturas fantásticas, o guerreiro ágil e destemido é a esperança dos poucos sobreviventes, como na era do rapto das sabinas.

O civilizado se julga valorizando a existência humana e consagrando direitos, mas não dispensa a atuação do militar; quer sua proteção, mas evita conferir-lhe a condição de uma peça-chave do sistema de vida avaliado como superior. Comodamente, o pensador moderno menospreza a guerra, o militar e a nação como objetos de estudo. Se essa atitude é nefasta à compreensão do processo histórico, protege de arranhões o sentimento de superioridade do civilizado, que pode seguir imaginando a sociedade a caminho de um destino promissor.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas, reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- ARISTÓTELES. **Política**. Rio de Janeiro: M. Fontes, 1991.
- ARON, R. **Pensar a guerra**: Clausewitz. Brasília: UnB, 1986.
- BALAKRISHNAN, G. A imaginação nacional. *In*: _____. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000a.
- _____. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b.
- BERNARD, P. **La fin d'un monde 1914-1929**. Paris: Editions du Seuil, 1975.
- BONANATE, L. **A guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 21.
- BRET, P. **L'État, l'armée, la science; L'invention de la recherche en France (1763-1830)**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.
- CAILLOIS, R. **Bellone ou la pente de la guerre**. Fontfroide: Fata Morgana, 1994.
- DOISE, J.; VAÏSE, M. **Diplomatie e outil militaire 1871-1969**. Paris: Imprimerie Nationale, 1987.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história de costumes. v. I. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- _____. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- ENGELS, F. O papel da violência na História. *In*: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. t. II. Moscou: Progresso, 1983.
- FEBVRE, L. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GELLNER, E. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. *In*: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: EdUSP, 2001. pp 248-250.

- HOBSBAWN, E. **Nation et nationalisme depuis 1780**. Paris: Gallimard, 1992.
- HUNTINGTON, S. P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- KAGAN, R. Power and weakness. **Policy Review**, Washington, DC, n. 113, jun./jul. 2002.
- KANTOROWICZ, E. H. Pro patria mori in medieval political thought. **The American History Review**, Washington, DC, n. 56, p. 472-492, 1951.
- KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÊNIN. As lições da Insurreição de Moscovo. *In*: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. t. I. Moscou: Progresso, 1977.
- MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. *In*: HALL, J. (Org.). **Os estados na História**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- MAQUIAVEL. **O príncipe**. Rio de Janeiro: M. Fontes, 1990.
- MARX, K. Instruções para os delegados do Conselho Regional Provisório. *In*: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. t. II. Moscou: Progresso, 1983.
- MASSON, P. **Histoire de l'armée allemande - 1939-1945**. Paris: Perrin, 1996.
- MOTTA, J. **Formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.
- PLATÃO. **A república**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.
- RENAN, E. **Qu'est-ce qu' une nation?** Paris: Pocket, 1992.
- VERNANT, J.-P. **Problèmes de la guerre en Grèce ancienne**. Paris: Édition de l'école des hautes études em Sciences Sociales, 1968.
- VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

NOTAS

¹ Febvre (1998, p. 28).

² Ver, neste sentido, as observações de Hobsbawm (1992) e, em particular, a brilhante Introdução de Benedict Anderson ao livro organizado por Balakrishnan (2000a).

³ Huntington (1996, p. 26-36).

NOTAS

⁴ Caillois (1994, p. 139); Bonanate (2001, p. 21).

⁵ Keegan (1995, p. 19). O autor observa uma sutileza: Clausewitz teria se referido a guerra como a continuação das relações políticas com a “entremistura de outros meios”.

⁶ Aron (1986, p. 104).

⁷ Elias (1994, p. 23).

⁸ Elias (1997).

⁹ Engels (1983, t. II, p. 423-426).

¹⁰ Lênin (1977, p. 475).

¹¹ Mann (1992, p. 163-204).

¹² Giddens (2001).

¹³ Elias, op. cit., p. 17; Balakrishnan (2000a, p. 220).

¹⁴ Anderson (2005, p. 33).

¹⁵ Voltaire (1984).

¹⁶ Vernant (1968, p. 32-33).

¹⁷ Platão (1990, p. 191; p. 245-247); Aristóteles (1991, p. 70; p. 14-16).

¹⁸ Kagan (2002).

¹⁹ Maquiavel (1990).

²⁰ Marx (1983, t. II, p. 88).

²¹ Doise e Vaïsse (1987); Bernard (1975).

²² Kantorowicz (1951, p. 472-492).

²³ Gellner (2000).

²⁴ Renan (1992).

²⁵ Bret (2002).

²⁶ Vasconcelos *apud* Motta (1976).

²⁷ Masson (1996).

²⁸ Masson, op. cit., p. 13.

²⁹ Masson, op. cit., p. 12-35.
